COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.747, DE 2016

Institui a obrigatoriedade do Brasão da República Federativa do Brasil na capa do Passaporte brasileiro.

Autor: Deputado PROFESSOR VICTÓRIO GALLI

Relator: Deputado SANDRO ALEX

I - RELATÓRIO

O projeto de lei sob exame pretende determinar a obrigatoriedade do Brasão da República Federativa do Brasil na capa do passaporte brasileiro.

O despacho da Presidência da Casa remete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para que se manifeste sobre a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito da matéria, nos termos regimentais.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões e tramita sob o rito ordinário.

II - VOTO DO RELATOR

A matéria é da competência da União, cabendo ao Congresso Nacional sobre ela manifestar-se em lei. Inexiste reserva de iniciativa.

Quanto à juridicidade, nada há no texto da proposição que possa impedir sua incorporação à legislação em vigor, desde que corrigida a inexatidão jurídica, ao falar-se em “Brasão da República”.

No que toca à técnica legislativa, o projeto necessita de alteração. Não apenas pela inexatidão acima apontada, o respeito ao disposto na legislação complementar sobre elaboração, redação e alteração das normas legais (LC nº 95/1998) exige inteira reformulação da proposta.

Assim, opino pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL nº 5.747/2016; no mérito, pela sua aprovação, tudo na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado SANDRO ALEX
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.747, DE 2016

Acrescenta inciso ao art. 26 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que “Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei acrescenta inciso ao art. 26 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, que “Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências”.

Art. 2º O art. 26 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971, passa a vigorar acrescido do inciso XI, com a seguinte redação:

“Art. 26.....

“X – no passaporte e em outros documentos expedidos pela República Federativa do Brasil”. (NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado SANDRO ALEX

Relator